



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

**ATA DA 1ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO
PLANO ESTRATÉGICO DE HABITAÇÃO**

Data da Reunião: **10 de abril de 2008**

Local: Edifício Martinelli – 11º andar

No dia 10 de abril de 2008, às 10:00 hs., reuniram-se nas dependências do Edifício Martinelli, na Rua São bento, 405, 7º andar, Centro – São Paulo, para a 1ª Reunião do Grupo de Trabalho Plano Estratégico de Habitação, **os seguintes conselheiros inscritos: Sra. Violêta Saldanha Kubrusly** (representante de SEHAB); **Sr. André Luis Gutierrez Pereira** (representante da SEMPLA); **Sra Antonia Cleide Alves** (representante da União de Núcleos Associações e Sociedades de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco – UNAS); **Sr Marco Antonio Florenzano** representante da Associação de Pequenas e Médias Empresas de Construção Civil do Estado de São Paulo – APEMEC); **Sr Paulo Somlanyi Romeiro** (representante do Instituto de Estudos Formação e Assessoria em Políticas Sociais – POLIS). A reunião foi iniciada pela Sra. Violeta que agradece a presença de todos os presentes e informa que a idéia dessa primeira reunião do GT é que se indique uma coordenação para os trabalhos e uma agenda as próximas reuniões. O Grupo de Apoio Técnico da Secretaria Executiva estará a disposição para apoio na convocação de reuniões, definição e organização do local, envio de comunicações e de material. Passa a palavra para a **Sra Tereza Beatriz Herling**, responsável pelo convênio com a CITIES ALLIANCE, para expor aos presentes o resultado desse projeto de assistência técnica, já na sua 2.a fase. Toda a apresentação foi preparada em “power point” e projetada para o Grupo. Informa que como contrapartida a esse projeto, foi criado por HABI um sistema de informações sobre habitação social na cidade de São Paulo, denominado HABISP. Relembra que a criação desse GT foi aprovada na última plenária do CNH. **Sra.Tereza** inicia a exposição, informando que a aliança de cidades (CITIES ALLIANCE) é um organismo multilateral que conta com a participação de vários países e entidades financeiras, como o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento. O objetivo da aliança é reunir recursos financeiros e fazer doações para cidades, em especial cidades do sul, da África, da América Latina, da Ásia, para elaboração de estratégia de trabalho com favelas, assentamento precário e desenvolvimento de cidades. O Brasil é um dos membros da aliança de cidades. O projeto da Prefeitura com o CITIES ALLIANCE teve inicio com uma parceria de assistência técnica e apoio metodológico para formatação do programa Bairro Legal. Esse programa envolvia HABI e RESOLO. A idéia era urbanizar favelas e loteamentos e integrá-los à cidade, transformar esses assentamentos em bairro. Nessa parceria, foram desenvolvidos três planos para habitação em distritos que apresentavam maior índices de exclusão social. Na seqüência se firmou uma segunda etapa de doação no valor de 450 mil dólares. O objetivo dessa segunda etapa é prestar apoio técnico para elaboração da política habitacional do município, através de ações continuadas de planejamento estratégico. Organizaram-se uma série de oficinas de planejamento durante a duração do projeto e estudos técnicos específicos. A idéia é contribuir para melhorar a capacidade técnica e gestão das equipes da SEHAB, orientar as ações para institucionalização dos resultados, não só fazer estudos técnicos, mas que eles sejam incorporados pelos técnicos da casa; e por fim, disseminar os resultados para outras cidades do mundo. Foram contratados estudos de três grandes temas, juntamente com a questão da demanda favelas, áreas irregulares, cortiços, áreas de risco e produção de novas unidades. Na questão da oferta de unidades habitacionais, levantou-se a questão da oferta de terrenos, das ofertas de financiamentos, e os recursos financeiros, recursos legais e institucionais existentes. Além disso, foram realizados oficinas de planejamento com os técnicos de SEHAB, que estabeleceram os princípios, as diretrizes, os cenários e objetivos da política habitacional. As linhas programáticas com os indicadores estão em elaboração e também houve uma parceria com a GTZ para um treinamento gerencial em gestão de projetos, para os técnicos da casa. Foram propostos dois grupos de estudos, que são as ações continuadas de planejamento estratégico, que se iniciaram em janeiro com consultoria especializada em planejamento estratégico. Essa consultoria realizou uma série de oficinas para estabelecer um diagnóstico da situação do atendimento. Na seqüência uma questão importante era conhecer melhor a demanda e estabelecer um sistema de informações e um sistema de priorização de intervenções. “Aqui (mostra na tela) a gente tem o corpo do plano municipal de habitação que tem

basicamente dois grandes capítulos, que são diagnósticos e propostas. É feito um diagnóstico da demanda, da oferta e dos recursos contratando alguns estudos específicos para caracterizar a população moradora em favelas e loteamentos irregulares, nesse caso contratados à Fundação SEADE. Foi feita uma licitação pelo Banco Mundial, aliás, um parêntese, a CITIES ALLIANCE não é uma entidade jurídica ela é um organismo de aliança entre várias entidades jurídicas e uma delas é o Banco Mundial, que executa a doação". Todas as contratações são feitas pelo Banco e a SEHAB contratou também um estudo sobre financiamentos habitacionais, um estudo de micro crédito para melhoria habitacional, um estudo específico para identificar o que poderia ser melhorado no arranjo interno, um estudo específico sobre a questão fundiária, envolvendo a atuação de RESOLO, HABI e um estudo sobre indicadores de monitoramento. Na primeira etapa do trabalho o consultor, Tomas, fez um diagnóstico e apontou quatro fatores - desafios - para a política habitacional: 1. A quantidade de recursos financeiros que são aportados para execução da política, 2. o conhecimento da demanda – de modo a adequar o atendimento às suas necessidades, 3. a priorização de intervenções e 4. a melhoria da articulação institucional interna da SEHAB. "A partir de 2006, essa situação dos recursos financeiros melhorou bastante, principalmente na questão de urbanização de favelas, o aporte de recursos do governo federal e do governo estadual através da Caixa Econômica e através da CDHU chegaram a um bilhão e trezentos milhões e o desafio é gastar esse dinheiro e poder melhorar a capacidade de gestão desses recursos". Foi feito um estudo sobre a política de produção, financiamento e subsídios habitacionais. As principais conclusões desse estudo é que seria necessário alinhar o subsídio nas três esferas e o cenário é muito positivo para o atendimento da demanda, mas é muito importante rever os subsídios indiretos, que são os subsídios de gestão, para melhorar a sustentabilidade do fundo. Um segundo estudo contratado foi o estudo de viabilidade do programa de micro-crédito para melhoria habitacional. Quando a Prefeitura e o Estado fazem uma urbanização em uma favela, os próprios moradores querem melhorar as suas casas. "Eles podem obter um crédito no mercado privado ou no financeiro ou com o próprio comerciante para fazer essa melhoria. Talvez esse trabalho não entre como subsídio ao plano municipal porque é uma coisa muito específica, mas vai ficar na rede para todo mundo conhecer. Foi criado um sistema de informações que é o HABISP que permitiu a atualização sistemática dos dados cadastrais de favela, loteamento, cortiços e de conjunto habitacional. A Fundação SEADE foi contratada para dar apoio às pesquisas para saber o número de domicílios, o número de moradores das favelas e loteamentos e traçar um perfil sócio econômica dessa população. Os técnicos da SEHAB fizeram vistorias de campo, desenhos dos perímetros. Tudo isso esta no sistema de informações inserindo dados cadastrais e outros dados necessários. Foi feito um convênio com a Sabesp para fornecimento de outras informações necessárias. Esse trabalho está sendo revisado e a conclusão prevista para meados de maio. As principais conclusões desses estudos apontam para redução da sobreposição de funções, ou seja, não fazer uma urbanização de favela e depois fazer um loteamento do lado. A idéia é compilar esses dados e apresentar os cenários econômicos e as linhas programáticas, traçar essas linhas em oficina com o pessoal de SEHAB e fechar essas metas de monitoramento. Foram levantadas informações com o pessoal da tecnologia de informação da SEHAB para caracterizar, classificar e eleger o assentamento para determinado programa: o tamanho do assentamento, o número de domicílios estimado e qual era a situação de infra-estrutura - se ela tem rede de água se ela tem rede de esgoto, energia elétrica, pavimentação, drenagem e coleta de lixo -, se é uma área mais ou menos vulnerável e qual é o indicador de saúde - se é baseado em doenças transmissíveis por meio hídrico. Com base nesses dados é analisado o nível de intervenção. Aqui (mostra a tela) temos o número de favelas, os perímetros, elas se fundiram, teve um crescimento das ocupações, fusões e o aumento da superfície. Todas essas informações são importantes para que a favela não seja construída em condições impróprias sobre áreas contaminadas e posteriormente tenha que ser removida. "Se ela não é urbanizável, ela está num grupo que tem situação de precariedade elevada, que demanda remoção e re-locação da população moradora; então a população tem que sair desse lugar e ir pra outro". As linhas programáticas, no geral, são três: a remoção, a urbanização e a regularização fundiária e essas linhas mostram o que vai acontecer com a favela se ela vai ser removida ou parcialmente urbanizada. Há, então, os critérios de elegibilidade para essas ações. "Aqui a gente tem um cruzamento com as informações da Sabesp da rede de água e da rede de esgoto são as ligações domiciliares que a Sabesp oferece". **Sra. Violêta** observa que a definição de cores dos mapas apresentados não condiz com a forma usual – azul para rede de água e vermelho para de esgoto; "O que está marcado em vermelho é a rede de água e não de esgoto, mas precisaríamos checar as informações". **Sr. André** considera que "é uma grande avanço esse trabalho que a CITIES ALLIANCE vem fazendo com a SEHAB porque antigamente existia uma discussão muito grande com relação a esse trabalho ao espaço ocupado pelas favelas, o número de favelas, então tudo isso veio agregar as ações implementadas pela SEHAB meus parabéns". **Sra. Tereza** destaca que a construção do sistema de informações é um trabalho de SEHAB "Então o que a CITIES ALLIANCE fez é muito pequeno perto do que a SEHAB fez. Na verdade o que a CITIES ALLIANCE Fez foi oferecer um apoio na elaboração das oficinas de planejamento estratégico, na elaboração de atualizações de cadastro, conversar com as equipes, sistematizar os dados etc, mas o sistema foi desenvolvido pela SEHAB sendo um grande

avanço porque foram sistematizadas muitas informações dispersas. Dando continuidade à exposição, **Sra Teresa** demonstra na tela projetada:” Aqui são analisados os riscos e é dada uma nota para esses assentamentos, são analisados os níveis de vulnerabilidade, o número de pessoas por domicílios, o responsável, qual a renda familiar, somando a uma série de itens para definir o grau de vulnerabilidade. Aqui nós temos infra-estrutura, se ele tem risco geotécnico alto ou não, vulnerabilidade social, se aquela família é vulnerável se aquele grupo de moradores é mais vulnerável ou não, e um índice de saúde que são esses quatro índices que são dados pela secretaria da saúde por subprefeitura e é feito uma conta, tirada uma média para saber o índice desses assentamentos. Em cortiços foram feitas as mesmas coisas. Eles foram caracterizados e classificados: ou são interditados ou o proprietário é intimado a executar melhorias de infraestrutura baseada na Lei Moura. Um outro aprimoramento do sistema é calcular o índice de declividade desses assentamentos para poder inferir o tanto de risco em função dessa declividade, mas é um trabalho que ainda está em andamento. Um outro item que está sendo inserido no sistema é a contagem dos domicílios por leitura da foto aérea e a análise dos assentamentos em conjunto tanto com favela como loteamento. Aqui são dois assentamentos muito parecidos, então a idéia é ter uma ação integrada no território. Fizemos um estudo numa região da cidade, zona norte, com os tipos de assentamentos bons e precários e ensaiamos um estudo de bacias hidrográficas para analisar quais são as bacias mais precárias e tomar uma medida emergencial para ser feito o saneamento dessas sub-bacias, saneamentos das represas e do Rio Tietê “. **Sra. Violêta**: “Obrigada, eu agradeço a todos e eu faço um elogio à Superintendente, Elisabete França, que conduziu o trabalho de forma magistral para que em menos de dois anos a gente tivesse construído finalmente um instrumento de gestão para a intervenção em habitação social, com essa qualidade. Nós avançamos bastante no que diz respeito às condições de insalubridade, falta de habitabilidade e não vamos deixar as favelas e loteamentos segmentados e isso já deixou de fazer parte do imaginário da cidade de São Paulo. Como disse um colega nigeriano ‘O que é favela e o que não é?’ Então essa paisagem de São Paulo está mudando está se tornando cada vez mais homogênea, salubre, com melhor espaço público. Com relação a essas sub-bacias, eu acho fundamental essa caracterização porque a gente está próximo de ter um plano de habitação. Eu queria parabenizar a Tereza que toca todo esse trabalho pela CITIES ALLIANCE de maneira sublime e tudo isso não é algo que está flutuando é um instrumental passível de ser melhorado a cada tempo então aqui nós temos uma forma nova de abordar o tema e que a gente possa se unir com outras setorialidades, buscar uma visão de trabalho. Agora a gente abre as inscrições para quem quiser comentar. Paulo, Cleide, Marco Antonio e o André. “Eu vou passar a palavra para o Paulo, do Instituto Poli”. **Sr. Paulo**: “Eu também agradeço a todos os colegas presentes e concordo que o processo de planejamento da cidade é muito importante para o nosso município, mesmo porque há uma expectativa muito grande da sociedade em relação a esse plano ao sistema nacional de habitação que obriga a elaboração desse plano no nosso município. Eu achei a apresentação muito boa, parabéns, e gostaria de saber se isso já está disponibilizado no site para que possamos estudar e discutirmos no próximo debate”. **Sra. Tereza**: “Ainda não porque primeiro vamos dar uma revisada em alguns estudos antes de deixar na rede, mas podemos mandar um CD para todos os conselheiros”. **Sr. Paulo**: “Em cima desse processo todo houve um debate interno da SEHAB para definição de critérios de priorização das intervenções e eu gostaria que a gente tivesse acesso a esses critérios para podermos ficar mais a par do assunto. Acho importante a gente ter o papel de construir coletivamente junto com a sociedade o conteúdo desse plano porque a sociedade civil acaba nos cobrando e a gente tem que ter uma resposta definitiva para ela. É fundamental para que esse plano que ele seja da sociedade e não de um governo, para que ele tenha uma continuidade no tempo e para que a sociedade venha continuar cobrando e fazer com que ele seja realmente levado a efeito. Uma última pergunta qual a expectativa em relação a natureza jurídica desse plano: se ele vai ser um decreto ou uma lei? Todos nós sabemos da dificuldade em implementar esse plano”. **Sra. Cleide**: “Eu sou moradora da favela de Heliópolis há mais de 30 anos e como conselheira eu venho acompanhando os trabalhos e eu percebi que há uma continuidade de uma gestão para outra e isso é muito importante para todo o processo não ficar parado. Todo esse levantamento feito pela SEHAB, discussões de prioridades, aconteceu em Heliópolis e eu percebi alguns avanços, mas ainda falta a questão da democratização do plano para as pessoas beneficiárias. Então eu me coloco à disposição eu acho que tem que começar a sair material nesse sentido, colocando essa questão do que está acontecendo a nível de levantamento e o que está acontecendo para realmente a moradia e as prioridades serem um direito”. **Sr. Marco Antonio**: “Eu quero parabenizar a todos pelo trabalho e também gostaria que essa apresentação fosse enviada pra todos nós como grupo de trabalho para podermos analisar e também para os conselheiros onde eles podem estar disseminando isso. Outra questão importante é sabermos o que está sendo executado na prática em função desse planejamento e quais as previsões futuras desse projeto”. **Sr. André Gutierrez**: “Eu acho que ficou claro o que o Paulo e a Cleide falaram, mas como o Marco colocou a gente tem que começar a direcionar o trabalho desse grupo, isso é fundamental que aconteça: as formas são regulamentadas no próprio plano diretor estratégico do município que fala como tem que acontecer as audiências. O plano municipal de habitação é obrigatoriamente passado por lei e aqui no Brasil não tem uma definição clara e pela lei federal

muitas vezes tem uma norma municipal, mas pelo meu entendimento no plano diretor estratégico, coloca que ele tem que se apresentar. Então tem que ter o plano municipal de transporte e o plano municipal de habitação; claro que o plano municipal de habitação fala de habitação como um todo no município. É fundamental também, como a própria Tereza colocou: existe hoje uma discriminação que está sendo eliminada sobre as comunidades e loteamentos com a incorporação deles ao entorno e isso é uma questão muito maior que o plano de habitação e tem que estar muito claro. Quando se fala em habitação se pensa em provisão, é um fator mais predominante a ser suprido e pelo menos agora nós vamos saber quanto é a demanda e para não desviar do assunto, o Marcos perguntou também que estágio Tereza ou senão Violeta e se precisar a SEHAB pode nos fornecer nós estamos com a concretização dos diagnósticos e das propostas como o Marcos já tinha apresentado. Isso é subsídio para gente ter um ponto de partida para vários estudos específicos eu cito aqui a do micro-crédito, só pra elencar um dos quatro estudos que você apresentou, que foram subsídio para os dois blocos maiores. Qual que é a continuidade ou se já teve proposições internas. Eu citei o caso do micro-credito porque você deixou claro que ele não é muito factível no momento agora para o município de São Paulo e isso foi o que eu entendi. Primeiro nós sabemos os estágios dos dois grandes blocos e os outros estudos complementares como o Paulo já tinha pedido para que apareça para gente entender. O ponto do projeto do plano de habitação eu acho que a gente tem que tratar depois para não prender a Tereza; temos muito chão pela frente “. **Sra. Tereza:**” Em relação a publicar os estudos isso é simples é só eu fazer uma revisão, montar o PDF e deixar tanto no site de HABI quanto gravar um Cd e mandar pra vocês. Os estudos técnicos estão concluídos e incluí o sistema de priorização e os critérios até o momento e as apresentações de hoje. Em relação a esse quadro com as linhas programáticas do atual ou do que está previsto são os elementos fundamentais para vocês programarem a seqüência dos trabalhos. Eu posso dizer que o diagnóstico depende da conclusão da pesquisa do SEADE. Eles estão numa fase de revisão, de correções, eles identificaram alguns problemas em algumas amostras e talvez tenham que voltar em alguns casos para fechar a pesquisa. Terminado isso a gente consegue fechar o diagnóstico. A proposição envolve uma questão interna da SEHAB. Então, evidentemente o que a gente tem preparado são os quadros, a matriz para discussão interna e mesmo estando de fora da SEHAB eu acompanho a elaboração do que está em andamento que é projeto que já vinha sendo executado e, evidentemente, não foi pautado de acordo com o sistema de priorização porque o sistema foi criado depois e agora os novos projetos são contratados com base nesses indicadores e esse quadro final também eu imagino que em maio mais tardar em junho esteja pronto. Já a sistemática de divulgação e discussão é com o SEHAB e se é possível alguém dar palpite como membro da CITIES ALLIANCE , eu sugeriria que as comunidades se apropriassem do sistema de informação. Ele está *on line* ele é aberto a qualquer um para participar tem que conhecer, entrar no sistema, como um canal de conhecimento e participação democrática e entender por que a minha favela não entrou e o mutirão tal entrou no plano. Esse é um instrumento que tem um potencial muito grande de acesso à informação “. **Sra. Violêta** reforça que a Secretaria e o apoio técnico estará sempre à disposição dos colegas desse GT e que disponibilizar todo o material que for possível e necessário para dar seqüência aos trabalhos. “Eu queria fazer um encaminhamento operacional, porque é necessário a gente tirar daqui uma coordenação desse GT para os próximos passos (Paulo indica a Cleide) Eu gostaria de dar uma indicação também que seria até por uma questão de facilidade para tocar o trabalho e de repente pelo Plano de Diretor Estratégico ser uma atribuição da Secretaria Municipal de Planejamento, eu vou tomar a liberdade de fazer uma indicação para o André representando a Secretaria Municipal de Planejamento. Certamente não terá nenhum problema em ter uma coordenação adjunta, por uma facilidade um aspecto mais pragmático da seqüência que é o Plano Municipal da Habitação, ele está preconizado no Plano Diretor Estratégico, então como isso é atribuição da Secretaria Municipal do Planejamento vou aqui fazer essa indicação para vocês analisarem e hoje estão presentes aqui os três segmentos e mesmo o grupo sendo muito maior por questões operacionais necessita de uma coordenação. Feita essa indicação eu queria dizer que numa próxima reunião já que houve muitas ausências a gente poderia ter uma próxima apresentação bem sintética porque nós vamos dividir com todo mundo nós vamos passar para todos conselheiros, mas, eventualmente, alguma informação mais expedita sobre os estudos que foram realizados antes mesmo da disseminação deles para entender onde isso estava inserido, o que foi a pesquisa demográfica, como é o formato dela, as contratações, (de tal modo que) ,com a presença dos demais na próxima reunião, eles vão ter esse panorama, vai ter esse aspecto mais didático e a Tereza certamente pode colaborar conosco. A assessoria dela para esse GT vai ser fundamental. Dessa forma eu estou sugerindo que vocês, agora, façam esse pequeno recesso para gente sair daqui com essa coordenação e se vocês quiserem se manifestar nesse sentido e o Paulo indicaram a Cleide e eu fiz essa indicação para o André, mas por uma questão bem pragmática eu quero dar uma notícia que os movimentos estão com a coordenação do grupo do Centro. Dado o adiantado da hora com a coordenação definida vocês propõem a agenda, com a coordenação e comunicariam a nós quando seria a próxima reunião de vocês com uma pauta que fica à vontade eu estou sugerindo essa apresentação expedita dos estudos, mas aí fica com vocês agora. **Sr. Paulo** declara concordar com a coordenação do André. **Sra. Violêta** lembra que a agenda da plenária

passada falava dos debates regionais, que poderiam acontecer e “eu acho muito interessante a regionalização do Conselho de Política Urbana que a SEMPLA toca porque ela agrega pontos, ela reúne regiões, e a tarefa básica do GT é fazer a construção da agenda do debate público. **Sr. André:** “Agradeço a indicação e a todos que estão nesse grupo para podermos desenvolver um trabalho conjunto, que tem um objetivo muito claro. Gostaria também de pedir o apoio da Violeta, da Tereza, que dão suporte para a gente poder desenvolver esses trabalhos de coordenação. Acho que seria interessante o Marco e a Cleide fazendo sub-coordenação, pois todos nós temos uma agenda muito cheia e como nós vamos discutir a publicidade das ações independente de ser tal governo é a SEHAB que entende de política da cidade e habitação tendo as entidades de classe dado sugestões, fazendo críticas quando necessário, enfim. Acho necessário um suporte jurídico para cada movimento que acontece porque todos passam a ter uma expressão que acaba se traduzindo em letra de lei. Então o apoio jurídico se torna fundamental nesse processo. Hoje nós temos um grupo de informações existentes nessa apresentação, nós temos demandas vindo por todos os lados, nós temos os movimentos sociais representados e as entidades de classe. Então nós temos que entender o que nós temos hoje de suporte para poder avançarmos no trabalho. Primeira coisa, nós precisamos fundamentar o que passam antes de nós marcarmos uma nova reunião o nome e contato de e-mail para cada um como parte de um todo isso é uma das coisas para gente poder se comunicar e para gente ampliar a discussão “. **Sra. Violêta** reforça que a função da secretaria executiva é dar todo o apoio necessário aos conselheiros para ser feito um bom GT e todo esse espaço permite que sejam convidados outros colegas para outras palestras, mesmo que não estejam dentro do conselho, “e como nós não temos muito tempo para estabelecer um cronograma, uma ordem de trabalho, eu, o Everton, a Kátia e a Nuria estamos à disposição para dar apoio às solicitações dos trabalhos”. **Sr. André** pergunta quem dos presentes participa de qualquer outra comissão do conselho municipal. (Paulo, Marco Antonio e Cleide). “A gente precisa saber da questão da disponibilidade: eu sei que a reunião do conselho é nos meses pares e a reunião da comissão executiva é nos meses ímpares ou inverso”. **Sra. Violêta:** “Todo mês tem marcada uma reunião e agora dia 15 de abril a comissão executiva e em maio teremos a plenária de novo”. **Sr. Marco Antonio:** “Eu acho que nós deveríamos estipular um prazo para a próxima reunião sendo que os trabalhos já estariam com os conselheiros e a Cleide poderia enviar também para outros movimentos para que possamos discutir na próxima reunião todas as deliberações”. **André:** “Como a semana que vem terá a reunião do Comitê Executivo a gente volta a se encontrar para fechar o cronograma das outras etapas assim que os trabalhos forem formatados para podermos dar prosseguimento na próxima reunião que será marcada”. **Tereza:** “A minha sugestão é que saíamos daqui com a próxima reunião agendada”. **André:** “Por não saber do tempo hábil para a elaboração dos trabalhos eu não mencionei uma data”. **Sra. Violêta:** “Nós temos uma semana para receber a ata integral e um resumo executivo é obvio que junto com ele a gente vai começar a gravar os CDs da co-apresentação que a Tereza fez pra vocês poderem estar pensando na próxima reunião. A reunião da comissão executiva é no dia 15 próximo e vocês estão sugerindo a data do próximo dia 25 para a reunião do próximo GT “. **Sr. Paulo** concorda e Sra Teresa se compromete a enviar o CD com as apresentações de hoje e, se possível, os estudos também. **Sr. Paulo:** “Posso dar uma sugestão: se comprometa com a questão das apresentações, que já estão prontas e se o puder estar pronta até o dia 25 melhor ainda”. **Sra. Violêta:** “Daqui uma semana teremos a ata, a apresentação que pode ser formatada no CD ; aquilo que a Tereza considerar importante será agregado no CD e a gente entrega a ata por e-mail. E a critério de vocês, eventualmente, poderão ter outros inscritos que queiram se agregar porque o grupo é aberto e vocês criam a regra “. Agradece a presença de todos e encerra a reunião”.